
DIREITO
DO ESTADO
EM DEBATE

Conselho Editorial

Adriane Reis de Araújo
Aldacy Rachid Coutinho
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Celso Luiz Ludwig
Érica de Oliveira Hartmann
Eros Belin de Moura Cordeiro
Eroulths Cortiano Junior
Fernando Borges Mânica
Fernando Campos Scaff
Guilherme Roman Borges
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Jair Lima Gevaerd Filho
Joe Tennyson Velo
Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
José Anacleto Abduch Santos
José Antonio Peres Gediel
Jozélia Nogueira
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Luiz Osório Moraes Panza
Manoel Caetano Ferreira Filho
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Miguel Gualano de Godoy
Paulo Ricardo Schier
Ricardo Saavedra Hurtado
Rodrigo Luís Kanayama
Rodrigo Xavier Leonardo
Roland Hasson
Safira Orçatto Meirelles do Prado
Sandro Marcelo Kozikoski
Sérgio Cruz Arenhart

Conselheiros Convidados

Dayana de Carvalho Uhdre
Guilherme Freire de Melo Barros
Julio da Costa Rostirola Aveiro

Comissão Editorial

Andréa Margarethe Rogoski Andrade
Audrey Silva Kyt
Leila Cuéllar
Tereza Cristina Marinoni Freire

Coordenadoria de Estudos Jurídicos da PGE-PR

Leila Cuéllar

DIREITO DO ESTADO EM DEBATE

REVISTA JURÍDICA

DA PROCURADORIA-GERAL

DO ESTADO DO PARANÁ

2018

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação
Elaborado pela Bibliotecária Patrícia Rezende | CRB-9/1879

REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO
ESTADO DO PARANÁ: Direito do Estado em debate. / Curitiba:
Procuradoria Geral do Estado do Paraná – PGE, 2018. 234 p. ;
v.9,16 x 23 cm.

Anual.

ISSN : 2316-3070

I. Direito – Periódicos. 2. Administração Pública. I Paraná.
II. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Estado do
Paraná.

CDD 340.5

CDU 34:35

As opiniões e os entendimentos externados nos artigos, na jurisprudência comentada e na produção jurídica/parecer são de responsabilidade exclusiva dos autores, não se confundindo com os adotados pelo Conselho Editorial, Comissão Editorial ou pela instituição Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.

Todos os textos aqui publicados foram aprovados pelo sistema ‘double blind peer review’ por dois professores membros do Conselho Editorial, sem interferência da Comissão Editorial.

comissaoeditorial@pge.pr.gov.br

Revisão

Annalice Del Vecchio

Capa e Editoração Eletrônica

Glauce Midori Nakamura

Apresentação

É uma satisfação e uma honra apresentar o nono volume da Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, Direito do Estado em Debate, edição de 2018.

Este volume contempla artigos jurídicos, jurisprudência comentada e parecer selecionado, com temas de alta indagação e atualidade. Isto porque, dentre os artigos que compõem a presente edição, tem-se a colaboração do Dr. Fernando Quadros da Silva que, com maestria e propriedade, abordou o papel do magistrado contemporâneo diante da prova pericial. Gustavo Justino de Oliveira e Gustavo H. Carvalho Schiefler tratam do juízo de admissibilidade na ação de improbidade administrativa, examinando-o em seu cotejo com as tutelas de urgência em prol do interesse público. Roberto Altheim, por sua vez, trouxe à lume o fator de atribuição do dever indenizatório imputado ao Estado. Os honorários advocatícios nas execuções de pequeno valor foram tema estudado por Thiago Simões Pessoa, com absoluto interesse prático. Fernando Alcântara Castelo traz importante contribuição enfrentando a obrigatoriedade de submissão das decisões parciais de mérito proferidas contra o Poder Público ao instituto do reexame necessário. E, por sua vez, com absoluta pertinência frente ao recente julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal, Carlos Eduardo Rangel Xavier apresenta uma importante síntese dos limites e possibilidades da educação domiciliar no Brasil.

Após criteriosa análise e seleção dos trabalhos pelo Conselho Editorial, constata-se a grata coincidência de que todos os artigos selecionados foram escritos por Procuradores do Estado do Paraná ou ex-integrantes da carreira,

o que, por certo, apenas engrandece a PGE/PR. Como visto acima, dentre os autores convidados que enviaram seus trabalhos, figuram o Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e o Prof. Doutor Gustavo Justino de Oliveira, ambos já pertencentes aos quadros da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.

Cumprimento e agradeço os autores pelos textos enviados e a todos que colaboraram para este trabalho, especialmente os membros do Conselho Editorial e da Comissão Editorial. Desejo a todos uma ótima leitura.

Curitiba, outubro de 2018.

Sandro Marcelo Kozikoski
Procurador-Geral do Estado do Paraná

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

Sandro Marcelo Kozikoski

I – DOCTRINA

O juiz e a análise da prova pericial

<i>The judge and the scientific evidence</i>	11
--	----

Fernando Quadros da Silva

Justa causa e juízo de prelibação (admissibilidade) na ação de improbidade administrativa: proteção e preservação dos direitos e garantias dos requeridos frente à busca de maior eficiência judicial no combate à corrupção na era da Operação Lava Jato

<i>Just cause and prelibation judgement in administrative impropriety actions: Protection and preservation of the rights and guarantees of the defendant in the pursuit for higher judicial efficiency in the fight against corruption in the era of Operation Car Wash</i>	31
---	----

Gustavo Justino de Oliveira

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Fator de atribuição do dever indenizatório do Estado – superação da dicotomia entre responsabilidade objetiva por condutas comissivas e subjetiva por condutas omissivas

<i>Factor of allocation of the indemnity duty to the State – overcoming the dicotomy between objective responsibility for commissive and subjective conduct for omissive conducts</i>	55
---	----

Roberto Altheim

Honorários advocatícios em fase de execução para pagamento de obrigação de pequeno valor <i>Attorney’s fees in the execution phase for payment of small-value obligation</i>	83
<i>Thiago Simões Pessoa</i>	

Remessa necessária de decisões parciais de mérito proferidas contra o Poder Público <i>Mandatory review of partial decisions on merit uttered against the Public Power</i>	105
<i>Fernando Alcântara Castelo</i>	

Panorama jurídico da educação domiciliar no Brasil <i>Juridical panorama of homeschooling in Brazil</i>	137
<i>Carlos Eduardo Rangel Xavier</i>	

II – JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

O “Caso Vizivali” e a decisão vinculante do Superior Tribunal de Justiça no recurso especial n. 1.487.139/PR	171
<i>Roberto Altheim</i>	

III – PARECER

Direito à nomeação e validade de concurso público	203
--	-----